

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Amazônia e a terceira natureza

Veículo: A Crítica

Data: 16.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Opinião

Página: A4

Amazônia e a terceira natureza

A inclusão da biodiversidade à matriz econômica do Polo Industrial de Manaus (PIM) avança com maré favorável. Contudo, o que, como e onde produzir configura desafio tão intrincado quanto solucionar uma equação de terceiro grau. Embora complicado, há métodos que nos conduzem ao encontro de raízes de funções cúbicas desenvolvidas há pelo menos 500 anos. A chave mestra: abordagem correta e conhecimentos teóricos apropriados. No tocante ao setor primário, o problema se reporta em essência ao desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológicos ajustados às assimetrias do bioma amazônico, visualizando seus impactos sobre o produtor rural. Há nessa caminhada desafios extremos a serem enfrentados, como a redução dos impactos ambientais e a geração de emprego e renda. Afinal, o homem é o centro do processo.

O pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Alfredo Homma, estabelece parâmetros de especial relevância voltados ao solucionamento de nossa equação. No estudo “A Terceira Natureza da Amazônia”, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v.38, n.132, jan./jun. 2017, distingue a Segunda Natureza (a área desmatada) da Primeira Natureza (a floresta intocada). A partir dessas premissas considera que “o desafio seria como transformar uma parte da Segunda Natureza em uma Terceira Natureza com atividades produtivas

mais adequadas”, ressaltando que “a preocupação exclusivamente ambiental sobre a Amazônia tem colocado em segundo plano as necessidades prementes como a de garantir segurança alimentar e a necessidade de gerar renda e emprego para a população local”. Entre os Censos Demográficos de 1970 e 2010, Homma sustenta que, enquanto, nesse período, a população da Amazônia Legal passou de 7,8 milhões para 25,5 milhões, sendo que Rondônia teve a população multiplicada por 13 vezes e Roraima por 11 vezes, “as alternativas agrícolas passam a utilizar apenas uma parte dos 76 milhões de hectares já desmatados (2016) na Amazônia, que corresponde a três vezes a superfície do Estado de São Paulo ou mais do que a soma dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ou ainda duas vezes a superfície do Japão ou da

Alemanha, respectivamente a terceira e a quarta economia do planeta”.

Em consequência de sua baixíssima exploração, não obstante a imensa extensão territorial, “a participação da Amazônia Legal no PIB do país é de somente 8,4% (2014), equivalente ao dobro do Estado de Santa Catarina, e não tem o impacto que deveria ter para o desenvolvimento local”. Alfredo Homma é pragmático ao constatar em seu trabalho: “a despeito da exaltação da magnitude da biodiversidade amazônica, os grandes mercados e a sobrevivência da população regional ainda vão depender dos produtos tradicionais, representados pela biodiversidade exótica como o rebanho bovino e bubalino e os cultivos como cafeeiro, dendezeiro, soja, milho, algodão, pimenta-do-reino, bananeira, coqueiro, laranjeira, entre os principais”.

Vale salientar, segundo Alfredo Homma, considerado mundialmente uma das maiores

autoridades em Amazônia, que “a biodiversidade nativa, como o cacaueteiro, a seringueira, o pau-rosa, a castanheira-do-pará, o óleo de tartaruga, dentre outros, foi importante no Brasil Colonial e nos primeiros anos da República, porém não conseguiu consolidar um modelo de desenvolvimento permanente”. O capital extrativo, pondera, “desestimulou os plantios, pela falta de tecnologia e pela visão míope dos governantes, empresários e acadêmicos, levando a sua transferência para novos locais”. Além do problema desmatamento, sem plano de desenvolvimento regional o governo continua em voo cego. Efetivamente, “enquanto não se concretizar um parque produtivo local com plantas da biodiversidade amazônica, o risco da biopirataria vai estar sempre presente”, conclui o pesquisador. A integração biodiversidade x PIM, por conseguinte, permanece, não se sabe até quando, a desafiar políticas públicas harmonizadas ao bioma.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Fieam discute privatização

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Opinião

Página: A2

Privatização da Eletrobras é discutida por empresários e representantes da indústria

Fieam discute privatização

A sensação de passar pela privatização depois de 20 anos numa empresa estatal é como tirar um saco de areia de 60 quilos das costas. Assim, o presidente da Amazonas Energia, Tarcísio Estéfano Rosa, narrou sua própria experiência nesse processo aos empresários e demais representantes da indústria em reunião, nesta quinta-feira (12), na Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas). “Não se consegue andar”, resumiu ele.

O edital do processo de desestatização das distribuidoras da Eletrobrás, marcado para o dia 26 de julho, foi suspenso na quinta-feira (12), pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada a partir de uma ação civil pública ajuizada pela Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobras). Tarcísio Rosa trabalhou por 20 anos na Eletrosul, privatizada em 1998.

“O que atrapalha a vida de vocês, na Fieam, é a burocracia de todas as empresas estatais. Você não consegue comprar um computador sem fazer uma licitação, estando sujeito a pegar um computador ruim, por exemplo, então para nós é o nosso dia a dia”, relatou Rosa.

O processo licitatório necessário para aquisição de determinados produtos dentro das empresas acaba sendo prejudicial aos negócios, como foi confirmado pelo presidente da Fieam, Antonio Silva, muitas vezes por conta do tempo no processo de aquisição de um produto e na qualidade do mesmo.

De acordo com dados apresentados na reunião, o sistema elétrico no Amazonas possui um valor de postes e consumo inversamente proporcional entre capital e interior. Segundo ele, 85% da energia do Estado é consumida pela capital e 15% pelo interior.

“Não existe produtor de

energia, basicamente, que não sejamos nós e não existe outro que entregue energia também”, disse Rosa ressaltando que o Estado nas áreas de atuação conta com 95 usinas termoelétricas de distribuição para todas as localidades.

Em reuniões mensais junto ao Ministério de Minas e Energia e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi constatado, segundo Rosa, que a busca é diária em cima das perdas geradas pelas ligações clandestinas no Estado. Analisando o índice

Foto: Divulgação



Lideranças debatem o tema da privatização elétrica

de perdas de janeiro a maio de 2018, o mais baixo fica em 43,44%.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, levantou a causa dos altos preços cobrados na conta de luz em cima dos gastos clandestinos gerados por terceiros. Segundo o empresário, o consumidor tanto físico quanto jurídico que está cumprindo a lei, acaba pagando por quem não cumpre, tendo em vista o índice de energia gasto com essas perdas.

Em resposta, o presidente da Amazonas Energia, Tarcísio Estéfano Rosa, explicou que existe um nível de perda técnica aceitável pela Aneel para cada região e que parte das perdas (furtos) não tem outra forma de ser reembolsada a não ser paga pela população em uma parcela de energia estipulada pela média de custos nacionais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Governo recorre de suspensão de leilão da Eletrobras

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 16.07.18

Enfoque:

Positivo () Negativo () Neutro (X)

Caderno: Economia

Página: A7

Governo recorre de suspensão de leilão da Eletrobras

A AGU (Advocacia-Geral da União) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) apresentaram hoje (13) ao TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) um pedido de derrubada da liminar que suspendeu o leilão de seis distribuidoras de energia da Eletrobras: Companhia Boa Vista Energia S.A., a Companhia Energética de Alagoas, a Companhia Energética do Piauí, a Centrais Elétricas de Rondônia S.A., a Companhia de Eletricidade do Acre S.A. e a Amazonas Distribuidora de Energia.

A suspensão do leilão foi determinada no dia 12 pela juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em resposta à ação da Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobras), que apontou falta de conclusão do processo licitatório, uma vez que ainda não há autorização legislativa para a venda das distribuidoras.

Os órgãos federais destacaram ainda que o TCU (Tribunal de Contas da União) reconheceu recentemente a legalidade do leilão no Acórdão nº 1199/18. Além disso, indicaram que a manutenção das subsidiárias sob controle da Eletrobras colocará em risco a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos Estados do Acre, de Alagoas, do Amazonas, do Piauí, de Rondônia e de Roraima, onde as empresas atuam. E acrescentaram que haverá oneração excessiva aos consumidores locais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Insegurança limita expansão do comércio

Veículo: Jornal do Comercio

Data: 16.07.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

No Dia do Comerciante, empresários analisam entraves para a atividade varejista na capital amazonense

Insegurança limita expansão do comércio

FRED NOVAES

fnovaes@cam.com.br

A insegurança e a vulnerabilidade à violência dificultam a atividade comercial no Amazonas. Em muitos lugares, os empresários são obrigados a trabalhar em horários diferenciados, fechando mais cedo do que o expediente normal, e outras áreas, como partes da zona Leste, são consideradas zona de risco para a atividade comercial.

No Dia do Comerciante, comemorado nesta segunda-feira (16), empresários varejistas cobram ações mais efetivas para minimizar o risco de assaltos. “Infelizmente a população, os comerciantes e a cidade estão entregues em algumas áreas. Muita gente acaba fechando mais cedo, às 16h, e outros precisam pagar por vigilância”, criticou o presidente da ACA, Ataliba David Antônio.

A questão da segurança pública e da chamada sensação de insegurança fica ainda mais latente em áreas comerciais dos bairros, ou no Centro antigo. “Há relatos de criminosos inibindo os próprios comerciantes, principalmente na zona Leste”, criticou. Esse tipo de situação

acaba freando investimentos dos empreendedores em algumas áreas da cidade.

A análise é compartilhada com o presidente da Fecomércio/AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços, Turismo do Amazonas), José Roberto Tadros. “No comércio de Manaus, principalmente no Centro, os clientes desaparecem quando chega 5 da tarde, um real prejuízo ao faturamento e, em conse-

quência disso, aos tributos. O Centro da cidade abandonado, à mercê de ladrões que assaltam lojas, transeuntes, consumidores”, criticou.

Roberto Tadros também questiona a falta de ações que garantam efetivamente a segurança

para consumidores, empresários e ao cidadão comum. “Um dos deveres do Estado é a segurança. Então qualquer cidade precisa ter um organismo de segurança que dê aos cidadãos ordeiros, honestos e cumpridores dos seus tributos, a liberdade de ir e vir e de circular na sua cidade”, afirmou.

O presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Amazonas, Ezra Benzion, avalia que a insegurança impacta na vontade das pessoas de saírem para fazer compras, optando muitas vezes

**Questão da
chamada
sensação de
insegurança fica
mais latente em
áreas comerciais
dos bairros ou
no Centro antigo**

pela aquisição de produtos pela internet. O empresário explica que o sair às compras é uma atividade de lazer que vem sendo restringida a lugares como os shoppings que detêm uma segurança maior. “A questão da segurança é mais um fator até porque sempre houve, não

é de agora”, disse.

Expectativa

O presidente da Fecomércio/AM, José Roberto Tadros, avalia que a crise do trabalho, com o desemprego de 14 milhões de trabalhadores economicamente ativos, além da inflação acelera-

da e da queda do PIB por três períodos consecutivos fazem com que a expectativa de melhoria no ambiente econômico ocorra mais lentamente do que o esperado.

“A expectativa das eleições presidenciais, sobre quem irá suceder o atual presidente, isso tem inibido a aceleração da atividade econômica. Nós temos boas perspectivas, mas poderiam ser melhores se não fosse ano eleitoral”, acrescenta o presidente da Fecomércio/AM.

A opinião é repartida com o presidente da ACA, Ataliba Antônio. O empresário avalia que o comércio do Amazonas sofre ainda mais percalços por conta de particularidades regionais. “O comércio local depende dos elos da cadeia econômica. Se a indústria sofre um baque, nós acabamos muito vulneráveis a isso por conta da queda no consumo”, disse.

Vendas em alta

Apesar dos problemas conjunturais, o desempenho do comércio varejista vem crescendo neste ano. De acordo com o IBGE, a Pesquisa Mensal de Comércio de maio de 2018 no Amazonas mostrou um crescimento de 6% no volume de vendas, se comparado com abril. Se comparado com o mesmo mês do ano passado, o crescimento foi de 9,3%. Comparando com outras unidades da federação, o Amazonas teve o segundo melhor resultado; atrás apenas de Roraima (11%).

No acumulado do ano, o volume de vendas no comércio varejista do Estado do Amazonas registrou em maio de 2018, crescimento de 8,7%, na comparação com o mesmo período do ano anterior. No agregado dos últimos 12 meses, o volume de vendas no comércio varejista do Estado registrou em maio de 2018, aumento de 9,4%.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Atualização do marco legal do saneamento básico permitirá avanços no setor

Veículo: CBIC Mais Newsletter

Data: 13.07.18

Caderno:

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/07/CBIC_newsletter_147-1.pdf

ATUALIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO PERMITIRÁ AVANÇOS NO SETOR

Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC

Os números do Saneamento Básico no Brasil falam por si só. 35 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço de água; apenas 55,17% da população são atendidas por coleta de esgoto; dos 5.570 municípios do país, apenas 769 atingem os níveis de 60% de remoção da carga orgânica do esgoto, estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); apenas 30% das prefeituras cumpriram o Plano Municipal de Saneamento, obrigatoriedade estabelecida em 2007 (estendida agora até o final de 2019).

Em outras palavras, o “*status quo*” vigente não tem sido capaz de garantir rapidez e efetividade a uma política de Saneamento que se traduza na universalização desses serviços.

Nesse quadro, assume importância a Medida Provisória nº 844, de 06 de julho do corrente ano, que atualiza o chamado Marco Legal do Saneamento Básico, buscando conferir maior segurança jurídica aos investidores (públicos e privados) e maior uniformidade nos procedimentos através da instituição de normas de referência nacionais para a regulação da prestação dos serviços.

Passo importante a se destacar na MP 844 é a criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (CISB), colegiado que sob a coordenação do Ministério

das Cidades buscará articular as ações dos órgãos e entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico (hoje distribuídas de forma não coordenada em diversas pastas).

As discussões sobre o novo marco legal vêm acontecendo desde março de 2017, envolvendo as diversas entidades que representam os setores envolvidos.

Um ponto que gerou polêmica – e deve continuar gerando no Congresso durante a análise da MP 844 – diz respeito ao artigo que estabelece “nas hipóteses legais de dispensa de licitação, anteriormente à celebração de contrato de programa, previsto na Lei nº 11.107, de 2005, o titular dos serviços publicará edital de chamamento público com vistas a angariar a proposta de manifestação de interesse mais eficiente e vantajosa para a prestação descentralizada dos serviços públicos de saneamento”. Vale dizer que, a renovação automática (sem licitação) que vinha ocorrendo entre municípios e empresas estatais de Saneamento passará, agora, por licitação pública aberta aos interessados privados.

A forte reação das companhias estatais a essa nova possibilidade se baseia no argumento de que a forma vigente permite à estatal aplicar a política de subsídio cruzado – aplicando receitas superavitárias em municípios deficitários.

A questão deve ser bem debatida, levando-se em consideração seus diversos ângulos. Principalmente através da análise realista de que o subsídio cruzado não tem se mostrado eficiente, haja visto os números do Saneamento que abrem esse artigo.

E mais. O artigo 8º da MP 844 estabelece um prazo de três anos após sua publicação para que o setor se adapte às novas regras de licitação dos contratos de programas.

É sabido o grau de influência corporativa existente no setor de Saneamento. Mas quando sabemos também que a cada dólar investido em Saneamento, podemos economizar 4,3 dólares em despesas com saúde pública (OMS), todo e qualquer espírito corporativo, seja público ou privado, deve dar lugar ao interesse maior da sociedade, caminhando juntos em direção à maior eficiência.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Esperança do PIB, construção civil naufraga e se mantém no patamar de 2009

Veículo: D24AM

Data: 14.07.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://d24am.com/economia/esperanca-do-pib-construcao-naufraga-e-se-mantem-no-patamar-de-2009/>

ECONOMIA

Publicado em 14 de julho de 2018 às 14:18

Esperança do PIB, construção civil naufraga e se mantém no patamar de 2009

O setor encolheu 20,5% nos últimos quatro anos, fechou 1,2 milhão de vagas em todo o País e se mantém no mesmo patamar de 2009, para onde retrocedeu após a crise

São Paulo - Considerado um dos setores que dariam impulso à economia neste ano, a construção civil decepcionou. O setor encolheu 20,5% nos últimos quatro anos, fechou 1,2 milhão de vagas em todo o País e se mantém no mesmo patamar de 2009, para onde retrocedeu após a crise. O desempenho só não é pior que o registrado no início da "década perdida", quando a construção recuou 22,5% entre 1981 e 1984.

No fim do ano passado, o consumo de matéria-prima do setor começou a reagir, indicando que poderia haver uma retomada em 2018, o que impulsionaria a economia do País. "Foi alarme falso. O começo deste ano já veio mais fraco", diz o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges.

As projeções de crescimento para o setor estão entre as que mais mudaram nos últimos meses. Na LCA, por exemplo, enquanto a estimativa do PIB do País foi reduzida em 0,8 ponto porcentual, a da construção foi revista em 2,8 pontos. Antes, a consultoria previa um avanço de 2,6%; agora, queda de 0,23%. A aposta do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, é que o setor cresça 0,5% - a previsão inicial era uma alta de 2%.

"A gente continua com uma expectativa de crescimento, mas revimos o porcentual. O ritmo lento da economia e as incertezas políticas nos levaram a mudar a projeção", afirma Ana Castelo, coordenadora de Projetos da Construção do Ibre.

Dependente de investimentos de longo prazo, que, por sua vez, demandam confiança do empresariado e do consumidor, a construção também foi afetada pela paralisação dos caminhoneiros. “É um dos setores mais prejudicados, porque a greve afetou a confiança e as decisões de investimento”, acrescenta o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

A construção civil foi o setor que mais sofreu na recessão e agora é o que tem mais dificuldade de deixá-la para trás, destacam os economistas. Houve um excesso de investimentos antes da crise que, na área imobiliária, resultaram em imóveis encalhados. “Leva tempo para digerir o excesso”, diz Ana Castelo, do Ibre, que lembra ainda que as obras públicas também estão paradas, travando a recuperação econômica.

A diferença da construção em relação aos demais setores é que ela é uma das atividades que mais demandam mão de obra. Uma recuperação na área impulsionaria o mercado de trabalho e, conseqüentemente, a economia.

Bráulio Borges, da LCA, afirma que, para o PIB do País apresentar um resultado melhor do que o atual – o mercado estima uma alta de 1,53% neste ano –, a construção tem de avançar em um ritmo semelhante. “O ideal é que seja até mais, já que a base de comparação é muito baixa”, avalia. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Receita deposita restituição do IR nesta segunda para 3,3 milhões de contribuintes

Veículo: Amazonas Atual

Data: 16.07.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://amazonasatual.com.br/receita-deposita-restituicao-do-ir-nesta-segunda-para-33-milhoes-de-contribuintes/>

16 de julho de 2018

Receita deposita restituição do IR nesta segunda para 3,3 milhões de contribuintes

Da Agência Brasil

BRASÍLIA – O crédito bancário para mais de 3,3 milhões de contribuintes contemplados no segundo lote de restituições do Imposto de Renda será feito nesta segunda-feira, 16. A consulta ao segundo lote foi aberta no último dia 9. O lote também contempla restituições residuais dos exercícios de 2008 a 2017.

O valor total liberado é R\$ 5 bilhões. Desse total, R\$ 1,625 bilhão é destinado a contribuintes com prioridade: 3.358 idosos acima de 80 anos, 49.796 entre 60 anos e 79 anos, 7.159 com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e 1.120.771 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, ou ligar para o Receitafone, número 146. Na consulta à página da Receita, serviço e-CAC, é possível verificar o extrato da declaração e ver se há inconsistências de dados identificados pelo processamento. Nessa hipótese, o contribuinte pode fazer a autorregularização, mediante entrega de declaração retificadora.

A Receita disponibiliza ainda aplicativos para tablets e smartphones para consulta à declaração e à situação cadastral no CPF. Com ele, é possível verificar diretamente nas bases da **Receita Federal** informações sobre a liberação das restituições e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

Caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contactar pessoalmente qualquer agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento, por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos) para agendar o crédito em conta corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá fazer requerimento por meio da internet, mediante o Formulário Eletrônico – Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Extrato do Processamento da DIRPF.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Devolução de imóveis comprados na planta preocupa setor da construção civil

Veículo: Correio Braziliense

Data: 16.07.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/16/internas_economia,695134/devolucao-de-imoveis-comprados-na-planta-preocupa-construcao-civil.shtml

Devolução de imóveis comprados na planta preocupa setor da construção civil

Compradores podem perder 100% do valor pago ao romper contrato de aquisição de imóvel

São Paulo — O engenheiro Luiz Antonio França, CEO contratado da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), desde março do ano passado, não consegue falar sobre o mercado imobiliário sem tocar num assunto que vem tirando o sono dos empresários do setor: os distratos, a devolução de imóveis comprados na planta, problema que vem afetando o desempenho das 33 empresas associadas à entidade. Na última semana, o projeto de lei que propõe novas regras para o rompimento de contratos foi rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Romero Jucá (PDB-RR) protocolou um recurso e a previsão é de que a votação aconteça no início de agosto.

Com muita experiência no mercado financeiro, antes de assumir a Abrainc, o executivo diz que, ao contrário do que muita gente pensa, a maioria dos que estão devolvendo os imóveis não é de trabalhadores que perderam seus empregos, mas de investidor que desistiu da compra por conta das correções nos preços dos imóveis. Entre janeiro e março deste ano, o número de devoluções chegou a 7.025 imóveis, pouco mais da metade dos 13 mil lançamentos realizados pelo mercado no mesmo período.

Além dos distratos, outra preocupação do setor é em relação à volatilidade da economia brasileira que não ajuda em nada, pelo contrário, afasta investidores e fomenta o desemprego. Só no segmento de incorporadoras, o número de postos de trabalho foi reduzido de 2,5 milhões de trabalhadores, em 2014, para o atual 1,3 milhão. Boa parte dos cortes, diz o executivo, pode colocar na conta das devoluções de imóveis. A outra parte se deve à crise econômica. Melhora só em 2019, depois de definidas as eleições e realizadas as reformas necessárias.

O senhor está se referindo aos chamados distratos?

Sim, a devolução de imóveis pelos compradores.

Isso, para o empresário, significa a mesma coisa que se uma indústria qualquer que vende um produto e, dois meses depois, a pessoa quer devolvê-lo e receber o dinheiro de volta. É como se uma loja vendesse uma televisão para os jogos da Copa e, terminado o Mundial, o comprador viesse devolver o aparelho e exigir o dinheiro de volta.

Você vende um apartamento para entregar no futuro e aí a pessoa desiste e quer ser ressarcida do valor pago. Nenhuma equação econômica dentro de uma empresa fica de pé se não sabe se a venda que foi feita é venda mesmo.



Senhor Luiz Antonio França, CEO
tado da Associação Brasileira de
oradoras Imobiliárias

o Vidal/Divulgação)

Hoje, a lei determina que um percentual desse valor pago pelo comprador fique com a construtora.

Sim, mas esse percentual é insuficiente e desestabiliza o mercado. Em outros países, o cliente perde é 100% em caso de desistência. Não tem cabimento: você vende uma coisa para entregar no futuro e depois a pessoa não quer mais

e, muitas vezes, ela não quer mais porque teve uma variação de preço e não se interessa mais por aquele imóvel que comprou.

Muitos estão devolvendo porque não têm condições de pagar por conta de ter perdido o emprego. O senhor concorda?

O sujeito que vai a uma concessionária comprar um carro e, depois, perde o emprego, o que acontece? O banco perdoo a dívida? O carro é aceito pela montadora? Claro que não. A incorporadora não é seguro-desemprego e não tem a capacidade de absorver os problemas do cliente. Para fazer isso, teríamos que colocar esse risco no preço do imóvel. Esse risco de perda de emprego do comprador não cabe à incorporadora que está vendendo o imóvel.

Essa questão ainda está sendo discutida no Congresso. Uma primeira proposta que determina a devolução de 50% do valor pago já foi aprovada pela Câmara.

Sim, mas a maioria das devoluções não é porque o comprador perdeu o emprego. Essas representam apenas 10% dos que devolveram os imóveis. São pessoas que compram vários imóveis para investimento. Quando o preço é reajustado, elas devolvem o imóvel. São especuladores. E mais: esses caras que estão fazendo isso estão usando os órgãos de consumidores.

É possível provar que são especuladores?

É um fato que a gente, o mercado, sabe. Não temos estatística, mas é o que a gente tem observado em todas as empresas. Todo esse problema dos distratos no segmento de média e alta renda acabou culminando em uma perda de 1 milhão de empregos no setor da construção entre 2010 e 2016. Se não tivesse esse número grande de devoluções, não tenho dúvidas de que o mercado estaria entregando os imóveis, não haveria atrasos e, mais do que isso, quando se faz um distrato, o mesmo apartamento que foi vendido precisa ser repassado para outro comprador. Se não tivesse o distrato, esse mesmo comprador estaria comprando outro apartamento em construção. Sem os distratos, mesmo com o mercado em crise, o setor estaria em uma posição melhor no segmento de média renda, teríamos um nível de emprego melhor.

Em função dos distratos e da crise, as demissões atingiram muitos trabalhadores?

O nosso segmento de incorporação de imóveis é fortemente empregador e chegou a ser responsável por 2,5 milhões de postos de trabalho em 2014. No ano passado, reduzimos esse número para 1,3 milhão de trabalhadores. Este ano, estamos tentando nos manter nesse nível.

Na questão do distrato, qual é a proposta do setor?

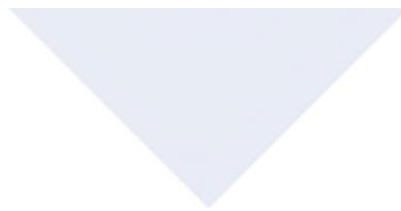
O que foi aprovado na Câmara (devolução de 50% do valor pago pelo comprador do imóvel) não é ideal para o segmento. O certo seria o que é visto no mundo inteiro, que tem o mercado de imóveis desenvolvido. Se olharmos com base em outros mercados, no caso da desistência do imóvel, o comprador perde 100% do valor que pagou. O correto é que tenhamos os mesmos parâmetros que se tem em nível mundial. Esperamos que o Senado tenha capacidade de entendimento de que somos uma indústria geradora de empregos. Se ele não fizer isso, os prejudicados serão os trabalhadores que empregamos e toda a cadeia da economia em que estamos inseridos.

Isso também pode gerar menos investimentos?

Sim, tem também os efeitos nos investimentos. Somos um setor de ciclo longo de produção e, se não tivermos estoque e a demanda aumentar muito, o que vai ocorrer é que o preço vai subir. Se isso ocorrer, o prejudicado é o comprador, que terá mais dificuldade para adquirir a metragem quadrada que ele quer. As pessoas têm que entender que não estamos falando na situação financeira das empresas. Os balanços dessas empresas são um retrato do que a crise e os distratos causaram. Estamos falando em ter a continuidade do mercado de incorporação no Brasil e de as pessoas terem capacidade de investir. Por isso a necessidade de regras e regulamentação claras. É isso que qualquer pessoa que vai investir em qualquer lugar do mundo quer.

E a economia neste ano, qual é a sua análise?

Estamos passando por uma volatilidade muito grande, o que não é nada bom para a economia. Estamos chegando no fundo do poço, mas ainda acho que vamos ter um segundo semestre um pouco difícil. Não dá para dizer que teremos uma reação forte, porque, além de toda a volatilidade causada pela crise política, vamos ter as eleições. A volatilidade vai continuar, mas passando o pleito e resolvendo adequadamente alguns problemas que devem ficar das eleições, não tenho dúvida de que o próximo presidente terá de enfrentar todas as reformas estruturais do Brasil.



Mais notícias

Jornal Opção

[Goiás é líder em cotas imobiliárias. Conheça os benefícios das multi propriedades](#)

Hora Extra

[A renegociação dos seus financiamentos pode ser uma boa](#)

CBIC Hoje

[Ministério das cidades lança estudo sobre demanda futura por moradias](#)



AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)